

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

N.º 7/2019/AM

DATA: Décimo terceiro dia do mês de setembro, do ano de dois mil e dezanove.--

HORA: Vinte horas e dez minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, em suplência de Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

2019.09.13

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----
- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----
- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----
- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputada Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);---
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Bruno Manuel Tavares de Pinho, Secretário da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Fernandes dos Santos, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência

2019.09.13

António Alberto Almeida de Matos Gomes, Maria Catarina Lopes Paiva, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou que se encontra disponível para levantamento o Cartão Especial de Identificação.-----

De seguida, deu nota dos eventos/cerimónias em que a Assembleia Municipal esteve presente e por quem se fez representar, desde a última sessão da Assembleia até à presente data.-----

VOTOS DE PESAR, propostos em nome de todas as bancadas e membro independente:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Exm.º Sr. Manuel António Casal, ex-Autarca e Pai da Sr.ª Deputada Municipal Rita Alexandra Alves Casal, assim como manifestar à família as sinceras condolências desta Assembleia Municipal. Na verdade, o Sr. Manuel António Casal foi um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor dos valores da sua Freguesia e do nosso Concelho. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira e além do mais membro desta Assembleia Municipal. Era uma pessoa que facilmente gerava amizades e simpatia. -----

2019.09.13

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, aprovar um voto de pesar pelo falecimento da Sr.^a D. Maria Joaquina Cardoso, avó da Assistente Técnica, Marta Simão, que presta apoio a esta Assembleia Municipal. Assim como, do mesmo dar conhecimento à família.-----

VOTO DE PESAR, proposto pela Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, no seguimento dos anteriormente aprovados:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Fernandes Nogueira, Pai da Colaboradora do Município Judite Tavares Nogueira, bem como do mesmo dar conhecimento à família.-----

Chegou à sessão a Deputada Municipal Sara Campos Bastos.-----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2019, REALIZADA EM DUAS REUNIÕES, A 27 DE JUNHO E A DE 3 DE JULHO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e três abstenções (dos deputados: Adriana Helena Silva Rodrigues, Sara Campos Bastos e Bruno Manuel Tavares de Pinho, por não terem participado na sessão), aprovar a ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2019, realizada em duas reuniões, a de 27 de junho e a de 3 de julho, com as correções propostas pelos Senhores Deputados Municipais, e a retificação à minuta da ata no que à deliberação do ponto n.º 3, diz respeito.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, nos termos do ofício 4170R886/2019 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, registado com a entrada n.º 223 de 12.09.2019, colocou à consideração/deliberação da Assembleia Municipal, o agendamento dos seguintes pontos, ao abrigo do artigo 50.º do Anexo I, da Lei 75/2019, de 12/9:-----

2019.09.13

- Alteração ao Acordo de Delegação de Competência na Freguesia de Arões – Deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2019;-----

- Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-escolar – proposta de acordo com a Santa Casa da Misericórdia e o Agrupamento de Escolas do Búzio – Deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2019.-----

Colocados os assuntos a votação separadamente, a votação foi a mesma, tendo-se obtido vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do Deputado Independente Albano Oliveira Braga. Assim, cumprindo-se o disposto no n.º 2, do artigo 50.º do citado Diploma Legal, foi reconhecida a urgência de deliberação sobre os assuntos supra-referenciados e inseridos na ordem do dia da presente sessão, que passou a ser a que a seguir se transcreve, para os devidos efeitos:---

1. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
2. Adenda ao Protocolo “Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente”, celebrado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra”, para aprovação e ratificação do processado – Deliberação da Câmara Municipal de 16 de julho de 2019;-----
3. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Deliberação da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019;-----
4. Aplicação da Taxa da Derrama - Deliberação da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019;-----
5. Fixação da taxa de Participação do Município no IRS - Deliberação da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019;-----
6. Fixação da Taxa de IMI - Deliberação da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019;-----
7. Autorização para celebração de Contrato interadministrativo entre o Município e a Freguesia de Cepelos, para delegação de competência na área da Educação/Transportes Escolares - Deliberação da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019;-----

8. Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar – Apoio à União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, para reequilíbrio financeiro pelo serviço prestado no ano letivo 2018/2019 – Deliberação da Câmara Municipal de 13 de agosto;-----
9. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no âmbito do Decreto Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da Saúde), quer para o ano de 2019, quer para o ano de 2020, cujo prazo de comunicação à DGAL é de 17 de setembro e de 30 de setembro, respetivamente;-----
10. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de aceitação da transferência de competências no domínio das praias (Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro);-----
11. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar (Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro);-----
12. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio das vias de comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro); -----
13. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio da justiça (Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro); -----
14. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio das Associações de Bombeiros (Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro); -----
15. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão (Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro);-----
16. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio da habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro); -----
17. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio do Património Imobiliário Público Sem Utilização (Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro); -----
18. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no Domínio do Estacionamento Público (Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro); -----

2019.09.13

19. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de não aceitação da transferência de competências no domínio da Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro); -----
20. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de aceitação da transferência de competências no domínio da Cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro);- -
21. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de aceitação da transferência de competências no domínio do Transporte turístico em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril);-----
22. Proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto, de aceitação da transferência de competências no domínio da Gestão da Náutica de Recreio e de Portos de Apoio a Pesca, não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários (Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio);-----
23. Alteração ao Acordo de Delegação de Competência na Freguesia de Arões – Deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2019;-----
24. Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-escolar – proposta de acordo com a Santa Casa da Misericórdia e o Agrupamento de Escolas do Búzio – Deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2019.-----

Chegou à sessão o Sr. Manuel Fernandes dos Santos.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva que, após cumprimentar todos os presentes, prestou a seguinte informação, não sem antes referir que, não vai responder a questões com ela relacionada: “Venho comunicar que em 09.09.2019 fui constituído arguido, tendo prestado termo de identidade e residência, no âmbito do processo conhecido por “Turismo do Porto e Norte de Portugal”. A constituição de arguido está relacionada com a candidatura do Município de Vale de Cambra para instalação da Loja Interativa de Turismo, a qual teve o seu início em 2010 e o seu encerramento no primeiro semestre de 2014. De referir, também, que vários Presidentes e/ou Vereadores estão a ter o mesmo tratamento.”-----

De seguida, interveio a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, que, após cumprimentar todos os presentes, interveio sobre a poluição dos planos de água do Parque Dr. Eduardo Coelho, que frequentemente tem sido denunciada, tendo aqui a Câmara um papel sério a desempenhar, no âmbito das suas competências na área do ambiente e do saneamento básico, nomeadamente, na deteção dos possíveis agentes poluidores, e na intervenção junto dos mesmos, para que este tipo de situação seja corrigido.-----

De seguida, sensibilizou para as más condições do piso Estrada de Cavião e Paredes (EM552), constituindo perigo elevado para a circulação em segurança de viaturas e de peões. Solicitou intervenção naquela via, com a maior urgência, a fim de se evitar acidentes que poderão revelar-se fatais.-----

Por fim, dissertou sobre a Proposta, apresentada pelo Governo, neste final de legislatura, de Lei de Criação de Freguesias, e especialmente sobre os apertados critérios que dificultam tanto a criação de novas freguesias como a reposição das que foram extintas (1168). Pelo exposto, de que se apensa cópia à ata desta sessão, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, assim como, se possível, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, qual o panorama geral para Vale de Cambra à luz desta proposta de Lei e, em particular, qual será a proposta a apresentar para as freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

Interveio o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção que se transcreve, conforme requerido à Mesa da Assembleia Municipal: -----

“Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vou apresentar nove alíneas de A a I.-----

A - Inicio com uma nota prévia: Na última Assembleia Municipal, 27 junho 2019, o

2019.09.13

Deputado Municipal, José Soares afirmou que as intervenções dos Deputados Municipais refletiam uma excessiva intensidade, no seu entender, porque havia uma boa plateia na Assembleia. Na hora referi que, logo no primeiro minuto tinha dito às funcionárias administrativas que toda a minha intervenção na Assembleia já estava escrita, pelo que fui obrigado a pedir a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia para poder dizer a toda a Assembleia e ao Deputado Municipal José Soares o “Espetáculo” que estava a proporcionar. Hoje, e agora vou seguir o mesmo procedimento, isto é, basicamente já trago o meu trabalho feito de casa, escrito e pronto, salvo uma ou outra nota, aos serviços administrativos.-----

B - Passo a apresentar à Mesa da Assembleia e a toda a Assembleia, um voto de louvor a todos aqueles que há mais de 100 anos promovem a Raça Bovina Arouquesa e organizam a Feira do Arestal. A primeira edição aconteceu em 1856. Dezenas de produtores/criadores juntam-se para exibirem os seus melhores animais em concurso. A Raça Arouquesa é endógena e tem fortes ligações locais. Para além do concurso que elege o melhor exemplar da Raça Arouquesa, há comida e bebida, cantares ao desafio, concertinas e comércio na festa, que decorre na Freguesia de Junqueira” publica o Jornal de Notícias. Entretanto, o Notícias de Aveiro publica que, passo a citar “Sever do Vouga: produção de Raça Arouquesa com incentivos locais - O Regulamento Municipal de incentivos à criação de gado tradicional de Sever do Vouga, que vai beneficiar efetivos bovinos de Raça Arouquesa, foi publicado à data no Diário da República, entrando assim em vigor. A notícia é de 30.07.2019. Desejamos que estas vontades comuns em promover tão importante raça/certame, possam vir a contribuir para sucessos futuros e um bem haja a todos quantos, desde o início do certame, isto é, desde 1856, até hoje tanto trabalharam para a promoção e realização da Feira do Gado do Arestal – Junqueira – Vale de Cambra.-----

2019.09.13

Ao Ex.º Senhor Presidente da Assembleia solicitamos que faça chegar a nossa votação e louvor à Comissão organizadora do evento.-----

C- Tal como já o afirmei na sessão de 27.06.2019, ata página 33 [fl.52, ata 6/2019/AM, livro 21], volto a reafirmar que quero racionalidade na avaliação e seriedade no debate; nomeadamente nos semelhantes e afins, como por exemplo nos contornos que envolvem os casos da empresa RRI e do Classic Music Fest (entre muitos outros).-----

D- Na minha intervenção, página 7, ata 27.06.2019 relativamente à ER 227 disse “indefinições” e o Senhor Presidente da Câmara, na página 22, colocou na minha boca “abandonada”. O Senhor Presidente, propositadamente, tem omitido, baralhado, humilhado e ficado amuado. Parece um “mártir em ascensão”, mas mártir é o nosso Concelho. “Insiste-se”, como diz o Senhor Presidente da Assembleia na página 13 da ata de 27.06.2019, mas o Senhor Presidente da Câmara diz que “não responde”, página 21 da ata de 27.06.2019. Mas, afinal de quem depende a condução desta Assembleia? Quem é o órgão fiscalizador da Câmara Municipal? Digam-nos, por favor, para melhor podermos abordar o tema: “Revisão do Regimento da Assembleia Municipal”.----- Assunção Cristas, líder Nacional do CDS, diz que este governo trata o estado como se fosse a sua casa. António Augusto, Deputado Municipal do PPD/PSD diz que esta maioria CDS que governa Vale de Cambra trata a Câmara como se fosse a sua casa. A verdadeira sabedoria está em saber transformar os opositores em aliados. Neste contexto, o poder é um conceito que põe a descoberto as suas limitações.-----

E- Em Trás-os-Montes, nos limites do Concelho de Mirandela, circulei numa estrada/estradão, onde eram evidentes a existência de saneamento e abastecimento de água, sublinho, no interior profundo do Concelho e de Portugal. Cá, em Vale de Cambra, feitas as contas, percebemos que:-----

1- Neste momento estão em curso cerca de 3 milhões de euros de obras nesta rubrica /saneamento e abastecimento de água.-----

2- Vale de Cambra precisa aproximadamente de mais de 50 milhões de euros para concluir a cobertura total do Concelho.-----

3- De onde se conclui que se dividirmos o total das necessidades, 50 milhões por 3 milhões/mandato 4 anos, temos ainda obra para, a este ritmo, mais 16 mandatos, ou seja, 64 anos para taxa de cobertura de 100%.-----

Conclusão: Vossa Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, contenta-se com quase nada. Assunção Cristas, líder Nacional do CDS, diz que Portugal se contenta com pouco. António Augusto, Deputado Municipal do PPD/PSD defende ambição e diz que o Senhor Presidente da Câmara CDS se contenta com quase nada.-----

F- Assistimos a uma “Ditadura da Indiferença e de Clãs” em prejuízo das populações do interior, as mais prejudicadas, o que de todo é evidente no “apartheid social” imposto pelas ARUS do “centrão” que “exploram de forma desgraçada” a precariedade do interior do Concelho. Senhor Presidente da Câmara: este é o ritmo do atraso, do abandono e do esquecimento. O Bloco de Esquerda diz que “as maiorias absolutas protegem a corrupção”. O Papa Francisco critica a “cultura de clã.”-----

G - Quanto à obra do Cinema, diz o Senhor Presidente da Câmara, ata 27.06.2019, página 22: “foi criada uma penumbra em prol dessa obra”. Sim, Senhor Presidente, é uma penumbra no que respeita à obra, porque se deve chamar/designar como “Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra” - obra adjudicada à Socertima-Lda, pelo valor de 3.075.000,00€ - aguarda visto do Tribunal de Contas. No seu pleno, esta não penumbra é um eclipse total criado/provocado e espanto dos espantos, quem provocou este eclipse total da obra foi a maioria CDS que governa a Câmara de Vale de Cambra, que “extorquiu” este tema/debate à discussão na sede do órgão fiscalizador da

2019.09.13

Câmara que é a Assembleia Municipal, substituindo-o por uma agenda política vexante para a imagem desta Assembleia que foi a discussão da cedência de um coreto/palco/estrutura para a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões. Oxalá que esta afronta não se repita, assim o exigimos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a quem solicitamos se reveja no Regimento e imponha ordem nesta casa. Esta é uma casa em que “por vezes a lei não chega”. Acrescento: nem o Regimento. Adito: Esta é uma casa em que o Regimento não chega. Reforço: nem a lei. Cecília Meireles, deputada do CDS disse que “o governo socialista se apropriou da máquina do estado”. António Augusto diz que a maioria CDS se apropriou da máquina camarária de Vale de Cambra. -----

H - Futuramente e enquanto V. Ex^{as} exercerem esta “ditadura de Clã” passaremos a elencar os temas que entendemos necessários ao desenvolvimento harmonioso de Vale de Cambra (interior+periferias+centro) e a dizer o seguinte a V. Ex^a:-----

“Senhor Presidente da Câmara, sobre os temas A, B, C, D, etc temos propostas/ideias/projetos e como V. Ex^{as} instituíram o “queremos, podemos e mandamos” quando V. Ex.^a Senhor Presidente da Câmara entender oportunos os nossos contributos, agende uma reunião com os interessados nos temas, para, em conjunto, em parcerias de boa vontade, podermos expressar, apresentar e integrar as propostas, projetos e ideias e avaliar a melhor forma de os/as concretizarmos. Até lá, iremos dando as notas necessárias para que todo o concelho de Vale de Cambra entenda quem não quer ou quem não é capaz de acompanhar os outros concelhos, nomeadamente os Concelhos vizinhos.-----

I - O Centro de distribuição dos CTT de Vale de Cambra foi deslocalizado para Oliveira de Azeméis. São João da Madeira, com apenas uma freguesia, sem interior profundo, como é o caso de Junqueira, Arões e parte de São Pedro de Castelões, escapou a Oliveira de Azeméis. Porquê? Graças ao fator PNS.-----

2019.09.13

Conclusão: é da natureza humana: algumas pessoas só querem saber delas próprias e do seu “Clã”.-----

Passo a entregar dois requerimentos à Mesa.-----

Anuncio a criação de uma lista de espera nominativa da Assembleia Municipal.”---

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quanto à condução dos trabalhos, lembrou que William Shakespeare dizia que é preferível ser “rei dos teus silêncios que escravo das tuas palavras”, Miguel Paiva diz a mesma coisa.-----

Em resposta, o Deputado Municipal António Augusto Almeida, referiu que Shakespeare dizia “sobre a cabeça dos responsáveis caia o machado”, ele diz “sobre a cabeça dos responsáveis caia a lei”.-----

Intervenção de seguida, o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, fazendo referência a uma intervenção do Dr. Rui Rio sobre o parlamento, citou que “esta Assembleia assim ainda mais se degradou”.-----

Em resposta ao Deputado António Augusto, esclareceu que, na passada sessão, referiu “alguns atores” e não Deputados Municipais, porquanto não são apenas os Deputados que se manifestam durante as sessões.-----

Sobre a intervenção da Deputada Adriana Rodrigues e concretamente a poluição dos cursos de água, esclareceu os presentes sobre um lamentável acidente ambiental que teve origem na empresa ARSOPI que, embora não seja responsável direta, o é subsidiariamente, porquanto foi uma empresa por esta contratada que cometeu o delito. Explicou como aconteceu o acidente, o acompanhamento dado pela própria empresa quando houve conhecimento do mesmo, designadamente contactos com as entidades oficiais competentes na matéria, e as decisões tomadas para reparação da situação. Tendo sido elaborado um diagnóstico ambiental, deu conta que o *ph* da água está reposto

2019.09.13

não sendo necessária qualquer intervenção, e que a empresa ARSOPI vai proceder ao repovoamento de peixe no rio.-----

Chegou à sessão a segunda Secretária, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, no decurso da intervenção supra, ocupando o seu lugar na Mesa.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga

que, após cumprimentar os presentes, referiu de imediato que o Deputado José Soares não deveria ter feito a sua intervenção porquanto está impedido, quem tem de falar são as entidades, a Câmara ou o SEPNA. Informou estar também impedido de comentar o assunto. Sugeriu que a Câmara Municipal faça um comunicado a esclarecer a situação, uma vez que nas redes sociais circulam acusações que estão a estragar a reputação de algumas empresas, injustamente.

Sobre a curta intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, referiu lamentar, pois que entende o que é ser constituído arguido. Também já o foi na defesa de interesses de Vale de Cambra, explicando a situação e lamentando que ninguém o tenha defendido quando precisou. -----

De seguida, argumentou que vai pedindo documentos e contas mas que não chegam, que não há transparência. Sobre o processo Pereira, Soares & Bastos, e os documentos que a Câmara fez chegar, pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara quanto à razão do cheque ser emitido sem data e se tal é legalmente possível. Acrescentando estar em falta o recibo de quitação da empresa. Informou ter também feito um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia, solicitando apoio judicial no processo que entregou no Ministério Público, mas recebeu uma carta que não diz nada, além de que o Parecer jurídico está assinado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara. Sendo um documento jurídico, tem de ser assinado por um jurista. Relativamente ao requerimento 168, subscrito pelo Deputado António Augusto Almeida e a resposta dada pela Câmara

2019.09.13

Municipal é também um parecer jurídico, que de igual forma foi assinado pelo Sr. Presidente da Câmara e não por um jurista. Perguntou a ambos se são juristas. Pois se a jurista emite um parecer tem de o assinar, assim “vale zero” em termos jurídicos. -----

Referenciou a limpeza de um terreno privado, no dia 17 de julho, por parte da Câmara Municipal/Equipa de Sapadores, sendo que o terreno em questão foi vendido por escritura pública, para a construção de um hotel. Referiu estar munido de documentação que prova o referido, assim como a existência de testemunhas oculares.-----

Quanto às contas do parque subterrâneo, mencionou um ajuste direto para segurança no valor de 58 mil euros. Com receitas na ordem dos 40mil euros, entende que mais vale deixar os Valecambrenses estacionar gratuitamente.-----

De seguida, colocou diversas questões, algumas já colocadas anteriormente e não respondidas, a saber:-----

- Data do auto de receção do Parque Urbano Dr. Eduardo Coelho;-----

- Custos das Festas de Santo António, rubrica a rubrica. A respeito das marchas de Santo António e da sua sugestão para existência de bancadas para a assistência, lembrou que, posteriormente, no CambraCup foram montadas bancadas.-----

- Custos do III Sarau de Dança, rubrica a rubrica;-----

- Sobre a Biblioteca Municipal, perguntou se o empreiteiro já fez as retificações por si apontadas na última sessão;-----

- Falta de pressão de água na rede de abastecimento pública, em Codal, situação reportada ao chefe de Divisão e ainda não resolvida;-----

- Contas do *Classical Music Fest*;-----

2019.09.13

- Sobre o ajuste direto à RRI, perguntou quem mentiu, o Sr. Presidente da Câmara Municipal ou o Sr. Vereador Pedro Almeida, ou ele próprio. Quer mais pormenores sobre este procedimento, que considera “uma vergonha”.-----

Chegou à sessão o Deputado Municipal Diogo Filipe Tavares de Bastos, no decurso da intervenção supra citada.-----

Interveio de seguida, o Deputado Municipal Albino Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, sensibilizou os presentes para a questão ambiental e a sustentabilidade, dando nota dos resultados do Estudo encomendado pelo Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, o Sr. Eng.º António Guterres, sendo que dentre os 162 países avaliados, Portugal está em 26.º lugar, resultado das políticas adotadas nos últimos dez anos e defendidas pelo PS.-----

Perto da data das eleições legislativas, fez um balanço, positivo, dos quatro anos de governação Socialista, apresentando os resultados obtidos, nomeadamente ao nível da valorização salarial, do crescimento económico, do aumento do investimento, do aumento do número de emprego, menor precariedade e menor taxa de desemprego, do abaixamento da taxa de risco de pobreza, do sucesso escolar, investimento no parque escolar, do aumento da investigação e desenvolvimento, do aumento do emprego científico e do aumento de recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde. -----

No uso da palavra o Deputado Municipal António Santos Sousa, após cumprimentar os presentes, perguntou qual foi o critério para a limpeza de matos e caminhos florestais para acesso a combate a incêndios, uma vez que na serra que vai de Algeriz à Farrapa, não se limpavam os caminhos existentes, não havendo acesso a bombeiros. -----

2019.09.13

Congratulou-se pela posição do Deputado Municipal Albino Almeida, qual *rentrée* do PS, feita nesta Assembleia Municipal. Deu-lhe os parabéns.-----

Interveio o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias que, após cumprimentar os presentes, disse ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que entendia o seu desconforto perante a situação derivada do desempenho das suas funções, esperando que tudo decorra normalmente. Referiu que a bancada do CDS está solidária com o Presidente da Câmara, José Pinheiro, que pautou a sua vida de autarca pelo cabal desempenho de funções, de seriedade e de transparência.-----

Agradeceu, de seguida, duas pequenas pavimentações, mas de efeito enorme na população, na freguesia de Arões (na Lomba e noutra pequena povoação).-----

Solicitou uma intervenção mais profunda aos fontanários, sobretudo na parte mais interior do Concelho (Arões, Junqueira e Cepelos), assim como a análise à água dos mesmos.-----

Sobre a intervenção do Deputado Albino Almeida, disse que este se esqueceu de dizer que os Portugueses têm a maior carga fiscal de sempre.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, solicitou o envio das questões não respondidas para que possa proceder à sua resposta.-----

Lamentou o ambiente de crítica que se formou, dando ideia que tudo é mau e que não se investe em Vale de Cambra, contra argumentando essa posição com as obras que este Executivo tem vindo a desenvolver, designadamente as obras em saneamento no valor de cerca de três mil euros, a requalificação da Biblioteca Municipal, a reformulação do Mercado Municipal, inúmeras pavimentações pelo Concelho, o cumprimento de promessas algumas com 10 ou 20 anos de executivos anteriores, o plano de mobilidade em desenvolvimento, a

2019.09.13

requalificação das piscinas cobertas, requalificação do parque escolar, vários programas e ações imateriais destinados a crianças e idosos, diversas obras no interior do Concelho – Casa da Cota, Casa da Broa de Paraduça, os acessos à aldeia da Lomba, a Macieiras, à Quinta do Barco e à Quinta da Corguinha. Tudo será feito em devido tempo, mediante programação e disponibilidade financeira.--

Referenciou ainda os trabalhos de gestão das faixas de combustível, no seguimento de uma obrigatoriedade legal, com a qual não concorda por considerar exagerada e não adequada ambientalmente, mas que o Município está a executar nos termos da lei. Deu nota da dificuldade em encontrar empresas que façam os trabalhos, que os mesmos não estão a ter o melhor acolhimento na população e que, às vezes, os trabalhos também não são executados pelos trabalhadores da melhor forma, ficando ele mesmo e a Câmara Municipal com o ónus da questão. A este respeito, garantiu que a Câmara tem vindo a chamar atenção para a situação.-----

Mencionou, também, a recuperação dos reservatórios de água, a adjudicação do parque de estacionamento de apoio à Escola Secundária, a adjudicação da ciclovia que ligará Macieira de Cambra à Escola Secundária (já com visto do Tribunal de Contas), bem como a ligação do Parque da Cidade à Praia Fluvial e à Praça de S. Pedro de Castelões em versão ciclovia, e, por fim, mencionou ainda a adjudicação do Centro de Artes e Espetáculo (aguarda o visto do Tribunal de Contas). Deu nota do trabalho desenvolvido em parceria com as associações.-----

No que se refere à situação relatada pelo Deputado José Soares, agradeceu a sua intervenção, confirmando que a situação foi assumida pela empresa ARSOPI e está a ser devidamente acompanhada.-----

Informou que a Estrada Cavião – Paredes está sinalizada e que, tão breve quanto possível, será executada a reposição do pavimento.-----

2019.09.13

Relativamente à limpeza do terreno privado junto ao Parque da Cidade, reconheceu razão ao Deputado Albano Braga, informando que os serviços não tinham conhecimento que o terreno já não era propriedade da Câmara Municipal.-

Referiu não saber a data do Auto de Receção da obra do Parque da Cidade.-----

Quanto aos Custos do Sarau e Festas de Santo António solicitou à Sra. Vereadora do Pelouro que faça chegar os mesmos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

No que se refere à Biblioteca Municipal não sabe se as obras foram efetuadas mas informou que o empreiteiro já foi notificado para o efeito..-----

Sobre a empresa RRI, estando presente na sala o Chefe da Divisão que acompanhou o procedimento, Eng.º Pedro Valente, referiu que o mesmo poderia prestar algum esclarecimento adicional.-----

Relativamente à intervenção do Deputado Albino Almeida e a preocupação com a naturalidade carbónica e o ambiente, bem como “contas certas”, referiu concordar que esta deve ser uma preocupação, não só da Câmara Municipal, mas de todos, designadamente no que à gestão de lixos diz respeito e ao acabar com os incendiários.-----

Sobre a limpeza de caminhos florestais, informou que já foram executados trinta quilómetros de beneficiação de caminhos, em articulação com o GTF e os Bombeiros. Ainda não estão todos, pelo que os trabalhos vão continuar.-----

Em intervenção complementar, o Deputado Municipal independente, Albano Braga, referenciou o discurso estafado do Sr. Presidente da Câmara, que até ouviu ali lamentar a intervenção do Deputado Albino Almeida, mas que quem acabou de fazer política, mal, foi o Sr. Presidente da Câmara. Que o Sr. Presidente da Câmara pediu a esta Assembleia Municipal a aprovação para um empréstimo bancário para pagar um número de obras candidatas a fundos

2019.09.13

comunitários, que foi aprovado por unanimidade, argumentando portanto que os os Deputados Municipais estão com o Executivo quando é para fazer coisas boas. Mas, que o Sr. Presidente não lida bem com a critica.-----

Novamente, referiu a falta de resposta a perguntas por si levantadas no decorrer destes dois anos, que tem de haver dialogo.-----

Sobre a limpeza do terreno, referiu aceitar a explicação, mas que é certo que foi cometida uma ilegalidade e alguém tem de ser responsabilizado por isso.-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu não ficar incomodado com a critica, nunca ficou. Quanto à RRI, referiu desconhecer qualquer ilegalidade no procedimento em causa. Referiu ainda que o Deputado Albano Braga o acusou de criticar o Deputado Albino Almeida quando, na verdade, até corroborou com ele, quer na questão ambiental, quer das contas certas, tendo sido sincero.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, na posse da proposta de Voto de Louvor apresentada pelo Deputado António Augusto de Pinho Soares de Almeida, informou que a Mesa considerou que o voto apresentado não está devidamente fundamentado, pelo que não o acolheu nem pôs a votação, ainda que tenha mostrado abertura para o fazer durante a presente sessão se a bancada do PSD lhe fizesse chegar um outro texto, devidamente fundamentado, ou seria agendado em próxima sessão. -----

Da mesma opinião comungaram o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias e o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes Almeida, que embora entendam o voto meritório, não concordam com o teor do mesmo, até pela organização de outras feiras, como a Feira dos Dezasseis em Cepelos, argumento utilizado pelo Sr. Presidente da Junta. Também o Deputado Municipal **José António Abrantes Soares de Almeida** fez referência à mudança de atitude da bancada do PSD que, no mandato anterior, quando se organizava o

Festival Gastronómico da Vitela da Raça Arouquesa, entendia que não era propriamente uma raça autóctone, representativa do Concelho.-----

O Deputado Municipal António Augusto Almeida manifestou-se sempre contra e, por diversas vezes, durante a discussão deste assunto, pois pretendia o agendamento do voto de louvor e sua votação na presente sessão, tal como proposto, por entender que não é um voto do PSD, mas de toda a Assembleia Municipal, pretendendo ainda que do mesmo fosse dado conhecimento aos organizadores da Feira do Arestal. Não o sendo, levará ao conhecimento da Organização o que se passou nesta sessão.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Aberta a apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 4 de setembro, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, disponibilizou-se para prestar esclarecimentos adicionais, porquanto a informação é suficientemente detalhada. Deu nota que, resolvidas que estão algumas situações “verdadeiramente dramáticas”, e já supra referidas, vão agora concentrar-se em Porto Novo e que, tão breve quanto possível, será dado corpo àquela estrada.-----

Informou ainda, que, no momento, ocorrem dois incêndios no Concelho, um na Freguesia de Arões e outro na de Junqueira, sendo que os meios de combate já se encontram devidamente posicionados. -----

Concedida a palavra ao Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga perguntou: (1) Se as montagens de tendas (página 22) na Felgueira,

Cepelos e Arões, foram objeto de decisão da Assembleia Municipal. Se não o foi, porque é necessários deliberação para uns e não para outros - perguntou, tendo em conta a atribuição de apoio logístico à Freguesia de S. Pedro de Castelões;

(2) Na página 34 é referida a compra de 25m2, a Alda de Pinho Rodrigues, pelo valor de 800euros, o que devia ser acompanhado de uma planta de implantação. O valor do m2, pode ser ou não apropriado, mediante a localização do terreno.----

De seguida, fez referência à diminuição do número de praticantes de desporto no Centro de Marcha e Corrida, marca do CDS, assim como dos participantes no RunCambra, implementado no anterior Executivo PSD. Assim como, pediu explicação para o fim de alguns eventos, promovidos pelo Executivo CDS e, também, pelo seu antecessor Executivo – o 24horas a Correr, o Aqui há Futuro e a Mostra Municipal de Gastronomia, Artesanato e Vinhos - o que lamentou, até porque deixaram de se realizar em prol de outros eventos como a Noite Branca.---

Interveio a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues esclarecendo, de imediato, que o Centro de Marcha e Corrida foi inaugurado pelo Executivo PSD, de que muito se orgulha. Quis também saber porque terminou o *24horas a Correr*, por entender a relevância deste evento para Vale de Cambra.--

Encontrando-se executado o projeto da área de serviço para caravanas (última linha pág. 19), perguntou onde se localiza e que condições tem. Deu nota de um caso de sucesso que poderá inspirar a Câmara Municipal que é o da Pampilhosa da Serra, informando das condições daquele parque em particular.-----

De seguida, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida proferiu a seguinte intervenção que se transcreve de acordo com o requerido à Mesa: “Exm.º Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao documento remetido a esta Assembleia sobre a atividade municipal, solicito que, em nome do PSD, para além da descrição das atividades ou eventos, que a

Câmara promove, se apresente também a discriminação dos custos, elencando eventuais prestadores de serviços, bem como a descrição das eventuais despesas.-----

Na página 22 é descrito que o eletricitista/técnico de manutenção procedeu ao apoio de vários eventos realizados em várias freguesias, pelo que solicito me informe se todos esses eventos foram realizados pela Câmara Municipal.-----

Na página 25, contrariando o já solicitado em reuniões anteriores desta Assembleia, no que se refere à rede de abastecimento de água e drenagem de água residual, voltam apenas a incluir os metros cúbicos faturados e o respetivo valor, omitindo os metros cúbicos faturados e não cobrados. É uma questão importante para fazermos uma análise.-----

Solicito que, na descrição das empreitadas em curso se acrescente a seguinte informação: 1 - data do início da obra; 2 - data da conclusão da obra; 3 - taxa de execução da obra.-----

Na página 27, diz que a empreitada Casa da Broa de Paraduça aguarda a aprovação do PSS (Plano de Segurança e Saúde), pelo que solicito me informe de quem é a competência na aprovação do PSS.”-----

No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, sobre o Centro de Marcha e Corrida, garantiu o excelente acompanhamento técnico e motivação, assim como o entusiasmo dos participantes, do que é testemunha há cerca de seis anos. No que se refere ao desporto em geral, pensa ter melhorado, até porque nos últimos dois anos o Município de Vale de Cambra foi galardoado como *Município Amigo do Desporto*.-

Em intervenção complementar o Deputado Municipal Albano Braga pediu desculpas à Deputada Adriana Rodrigues, pois que efetivamente o Centro de Marcha e Corrida tem já seis anos (Executivo PSD).-----

2019.09.13

Em resposta as questões colocadas, o Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro, esclareceu que:-----

- o *24horas a Correr* é uma marca registada, do Grupo Dramático e Recreativo da Retorta, que por incompatibilidade dentro da sua própria Direção, informou a Câmara Municipal da impossibilidade de realização no presente ano, mas que a Câmara está a tentar arranjar uma alternativa para realização em 2020.-----

- o *Aqui há Futuro*, era realizado em parceria com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que não demonstrou interesse em continuar o projeto.-----

- a Mostra Gastronómica que sempre defendeu, e que promoveu enquanto Festival da Vitela da Raça Arouquesa, não é fácil de vender enquanto imagem associada ao Município vizinho, pese embora seja uma raça transversal ao solar do arouquês. Mas, que existem dois magníficos eventos de promoção daquela raça, acompanhados de perto pelas Freguesias de Junqueira e de Cepelos, que felicitou. Quanto ao Festival, pese embora o esforço para a sua realização, não havia restaurantes interessados em participar, por terem casa cheia nos seus estabelecimentos e pela dificuldade em arranjar mão de obra qualificada. -----

- o parque de autocaravanas vai localizar-se, estrategicamente, perto da Cidade e em frente ao parque da cidade, com capacidade para cerca de meia dúzia de autocaravanas, com equipamentos de água, luz e higienização.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 4 de setembro, acerca da atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 31 de maio a 30 de agosto de 2019.-----

Ausentou-se da sala, por momentos, a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues.-----

Retiraram-se da sala, os Deputados Municipais Albano Oliveira Braga e António Augusto de Pinho Soares de Almeida, dando conta do seu impedimento na apreciação e votação do ponto seguinte.-----

2. ADENDA AO PROTOCOLO “CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE”, CELEBRADO ENTRE A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, A CÂMARA MUNICIPAL E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA”, PARA APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO PROCESSADO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 16 DE JULHO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à apreciação do ponto 2, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 16.07.2019, concedendo, de imediato, a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que explicou a necessidade da adenda ao Acordo celebrado aquando da constituição da Equipa de Intervenção Permanente com a atualização da remuneração mensal da equipa, nos termos da lei.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a Adenda ao Protocolo "Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente", celebrado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Câmara Municipal de Vale de Cambra e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, respeitante à alteração à sua cláusula quinta “Direitos dos elementos da EIP”, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 16 de julho. -----

Mais deliberou, nos termos da proposta da Câmara Municipal fundamentada na nota jurídica de 8 de julho, conceder à referida Adenda efeitos retroativos à data de 1 de julho de 2019, bem como ratificar todo o processado até à presente data.

Reentraram na sala os Srs. Deputados Adriana Helena Silva Rodrigues, Albano Oliveira Braga e António Augusto de Pinho Soares de Almeida.-----

3. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE AGOSTO DE 2019: O Sr.

Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do ponto 3, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 13.08.2019, concedendo, de imediato, a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que referiu tratar-se da fixação da TMDP nos mesmos moldes do ano anterior, isto é em 0,25/prct.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e quatro votos a favor, e quatro votos contra (dos Deputados do PPD/PSD), fixar a Taxa Municipal de Direitos em 0,25/prct., nos termos da proposta da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019.-----

Declaração de voto do PPD/PSD, transmitida pela Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues: “Corroboramos a posição assumida pelo Sr. Vereador do PPD/PSD, Dr. Pedro Almeida, em reunião de Câmara que, no fundo, plasma, de forma sintética, a nossa posição.”-----

4. APLICAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE AGOSTO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia

Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto 4, agendado por deliberação da Câmara Municipal, também de 13.08.2019, no que se refere à taxa da Derrama.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, fundamentou a sua proposta, no sentido de estimular a dinâmica empresarial e contribuir para a sua manutenção e reforço, criando condições objetivas que promovam o investimento ou incremento dos níveis de

2019.09.13

competitividade das empresas. Assim como, a importância que as micro e pequenas empresas possuem na criação de emprego e a sua mais valia para um desenvolvimento territorial mais coeso.-----

A Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues informou que o PSD subscreve a proposta da Câmara de redução e isenção, nalguns casos, da taxa da derrama, ao tecido empresarial de Vale de Cambra, e em particular, às pequenas e médias empresas, bem como, para as empresas que se transfiram para este território.-----

Apresentando, de seguida, a seguinte proposta: “É uma preocupação do PSD o desenvolvimento e a captação de empresas, bem como a fixação de população, que passa pelo apoio às empresas e entidades existentes no concelho. Porque acreditamos que esta é uma medida que, ainda assim, fica aquém do desejável, propomos que seja criado um Regulamento para atracção e fixação de investimento privado e criação de emprego, que apresente sugestões para captação de investimento privado, desde a bonificação do preço de cedência de terrenos, ao apoio na execução das infraestruturas, no aconselhamento e apoio técnico, passando por isenção total ou parcial do valor dos impostos e das taxas municipais, *startup's* para o apoio ao empreendedorismo, entre outros. A Câmara Municipal de Vale de Cambra tem, a este respeito, de mostrar mais ambição, mais visão estratégica, mais competência e, sobretudo, mais vontade política.”-----

Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida lembrando que foi um desiderato da candidatura do CDS em 2013, a redução da dívida da Câmara e a redução de impostos para as empresas e para as famílias. Quando este Executivo tomou posse a taxa da Derrama estava na máxima permitida - 1,5%, mas que a tem vindo a reduzir de forma gradual, estando hoje já reduzida em ⅓ do valor de quando iniciou funções. Elogiou o

2019.09.13

contributo das empresas para o desenvolvimento do concelho, referenciando que Vale de Cambra tinha, em 2017, o 5.º salário médio mais alto da AMP. Sendo que, já antes desta redução, Vale de Cambra tinha a taxa mais baixa da AMP.-----

Propôs que estas medidas sejam, devidamente, divulgadas pela Câmara Municipal, pois que a redução de impostos é feita no sentido de reduzir custos para os cidadãos e dar sinal à população para se fixar em Vale de Cambra, assim como sinal às empresas que podem investir no concelho, mas para isso é preciso saberem, portanto sugere que seja amplamente divulgado, após o período de campanha, obviamente.-----

Deixou também uma nota para reflexão, caso seja possível legalmente, que se isentem as empresas localizadas nas zonas mais periféricas e as maioritariamente detidas pelos jovens.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga expressou ser contra o abaixamento deste imposto, uma vez que o mesmo incide sobre o lucro das empresas. Não acredita, portanto, que alguma se queixe por pagar mais um pouco de Derrama.-----

Solicitou que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara apresente um mapa com a evolução da recolha da Derrama desde 2013 ou 2014, assim como o número de empresas que se fixaram em Vale de Cambra e quantos postos de trabalho foram criaram, devido a esta política de redução da Derrama, para ver se “torce um bocado o braço”.-----

Fez referência ao facto da maioria dos empregados nas empresas em Vale de Cambra terem um salário a rondar os 600euros. Fez ainda alusão à publicidade ao subsídio de férias e 13.º mês, nas ofertas de trabalho.-----

Retomando a palavra o Deputado Municipal José Soares, referiu não ter dúvida que se fixaram cá empresas, que criaram emprego, tanto que há

dificuldade em arranjar trabalhadores e que esse é também um fator que contribui para o aumento do salário médio (concorrência da oferta), assim como a qualificação profissional. Referiu dados da segurança social, que apontam salário médio em Vale de Cambra no valor de 1.075,10€. -----

No que se refere ao anúncio aos subsídios, entende que as empresas o façam uma vez que tal só é realidade em Portugal e que há muitos estrangeiros que precisam saber que cá recebem salário 14 meses/ano.-----

Em intervenção complementar, o Deputado Municipal independente Albano Braga, disse que o Deputado José Soares fez o discurso dos empresários. Acrescentando que vai dar-lhe dados, nos próximos três meses, dos postos de trabalho criados em Vale de Cambra, nos últimos quatro anos, por sector de atividade e profissão, assim como o salário efetivo pago pelas empresas, grandes e pequenas empresas, para que depois lhe explique porque os jovens continuam a sair do Concelho. Referenciou novamente os baixos salários pagos à maioria dos trabalhadores jovens de Vale de Cambra e respetivas consequências.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e um voto contra (do Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga), aplicar a Derrama, de acordo com a proposta da Câmara Municipal de 13 de agosto, que consiste no seguinte:-----

- 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a € 150.000,00; -----
- isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00; -----

2019.09.13

- isentar os sujeitos passivos que se tenham instalado no concelho no período de 2019 e aí tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho.-----

Ausentou-se da sala por momentos, o 1.º Secretário, Nuno Miguel Pinheiro Costa.-----

**5. FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS -
DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE AGOSTO DE 2019: O Sr.**

Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à apreciação do ponto 5, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 16.07.2019, concedendo, de imediato, a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que, não perdendo muito tempo, defendeu que esta é uma proposta estruturada, de redução de impostos que se traduz neste caso com uma maior devolução às famílias.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, referiu a importância desta medida para as famílias, de redução de 2% da sua carga fiscal, a melhor redução da região.-----

Relativamente à comparação, feita pelo Vereador Pedro Almeida, com o Município de Albergaria-a-Velha, em que as famílias beneficiarão de mais 0,25%, referiu que a comparação foi bem feita, pois o executivo é do mesmo partido, que, em 2013, passaram do PSD para o CDS, mas esqueceu-se o Sr. Vereador que em Albergaria-a-Velha a dívida herdada foi de cerca de 5milhões e em Vale de Cambra foi de cerca de 14 milhões, assim como o problema do parque subterrâneo que tem de ser pago.-----

Interveio de seguida, a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, que sobre esta última intervenção e a dívida, referiu o investimento feito ao longo dos tempos e de que todos usufruem, como o caso das Piscinas Municipais, do

2019.09.13

Pavilhão Municipal e a Biblioteca Municipal, que tem de ser pago obviamente pelos Executivos, sejam eles quais forem.-----

Sobre a proposta em apreciação, referiu que o PSD concorda com os pressupostos, mas que, face à atual conjuntura, a que o executivo tem equilibrado as contas, que tem sabido gerir a dívida que foi feita por investimentos passados, que poderia haver coragem de ir mais além, para dar um sinal de verdadeira “aposta nas pessoas, para ganhar o futuro”.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e um votos a favor, dois votos contra (Deputados Municipais do PS) e quatro abstenções (Deputados Municipais do PSD), fixar a taxa de participação do Município no IRS de dois mil e dezanove, em 3%, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019.-----

Reentrou na sala o 1.º Secretário, Nuno Miguel Pinheiro Costa.-----

6. FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE AGOSTO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, iniciou a apreciação deste assunto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 16.07.2019, concedendo, de imediato, a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que, esclareceu que a proposta traduz-se num valor histórico por ser o limite mínimo possível, isto é, uma taxa de 0,30%, mantendo-se o incentivo de redução em função do número de dependentes a cargo.-----

Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida ressaltando que se faz hoje história, pois que se vai fixar a taxa mais baixa sobre os prédios urbanos, resultado de um processo gradual de baixa de imposto, fazendo ainda referência a uma outra medida - a redução dos custos de licenciamentos, que tem beneficiado empresas e particulares.-----

2019.09.13

No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida proferiu a seguinte intervenção: “Em nota prévia, agradecemos ao Ex.º Senhor Presidente da Câmara que habitualmente refere que “não vale a pena perder muito tempo” como disse agora e que, exijo fique o registo porque está gravado, que evite o termo “perder muito tempo” porque a Assembleia Municipal é um espaço onde “perder tempo” não é palavra de honra para a casa / disse-o agora e normalmente procura o termo para justificar a não resposta.-----

Relativamente ao Ponto 6, o PPD/PSD em 2018 propôs na Câmara Municipal a taxa agora proposta pelo CDS/PP de 0,3 tendo a mesma sido rejeitada pela maioria CDS.-----

No que se refere aos fatos, a receita de IMI em 2013 era de 2,116 milhões de euros e em 2018 era de 2,4 milhões de euros, ou seja, houve acréscimo da receita de cerca de 300 mil euros. Estes números demonstram que, já então, era possível baixar a taxa para o mínimo sem colocar em causa a sustentabilidade financeira do Município.-----

A proposta agora apresentada pela maioria CDS em linha com o já anteriormente proposto pelo PPD/PSD só demonstra que a política fiscal da maioria não visa a defesa dos interesses dos Valecambrenses, em particular dos proprietários, mas tem um objetivo único de taticismo eleitoralista.-----

Sobre este imposto o PPD/PSD irá votar favoravelmente esta proposta, no entanto entende que, mais uma vez a Câmara Municipal demonstra não ter um pensamento estratégico em prol de Vale de Cambra e dos Valecambrenses pois se o tivesse não só poderia ter incentivado a reabilitação dos edifícios degradados através da isenção do IMI nas ARU's (Áreas de Reabilitação Urbana). -----

2019.09.13

Se a maioria CDS ouvisse as propostas do PPD/PSD poderia ainda, através deste imposto, ter dado um contributo para a fixação da população e a atração de jovens ao Concelho com o incentivo ao arrendamento urbano.”-----

Novamente no uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida comentou que a receita fiscal apurada depende fundamentalmente de três fatores (a taxa, base de incidência e as isenções), portanto se a receita aumentou com a redução da taxa é porque a incidência patrimonial aumentou (mais casas, menos isenções). A redução das taxas dos impostos tem um efeito indutor sobre a economia, no sentido de se aumentar os rendimentos ou o património. Sobre a questão das isenções nas ARU, lembrou, mais uma vez, os ónus associados.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por vinte e seis votos a favor e duas abstenções (dos Deputados Municipais António Santos Sousa e Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz), fixar a taxa do IMI a receber em 2020, para os prédios urbanos, na percentagem de 0,30%, aplicando ainda a dedução fixa em euros atendendo ao número de dependentes, prevista no n.º 1, do artigo 112.º-A do Código do IMI, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019.-----

Ausentou-se, definitivamente, a Deputada Municipal Filomena Maria Soares de Almeida Moreira.-----

Retirou-se da sala o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, por conflito de interesse, na apreciação do ponto seguinte.-----

7. AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE CEPELOS, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO/TRANSPORTES ESCOLARES - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

2019.09.13

MUNICIPAL DE 13 DE AGOSTO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 16.07.2019.-----

Concedida a palavra à Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Maria Catarina Lopes Paiva, a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, após cumprimentar os presentes, informou que a Freguesia de Cepelos manifestou disponibilidade para realizar os transportes escolares dentro da área da sua Freguesia, e que este serviço de proximidade traz vantagens às crianças e jovens. Esclareceu que os custos associados tiveram por referência o estudo de mercado. Mais informou que a experiência nas outras Freguesias tem-se revelado uma boa prática.-----

Interveio o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga perguntando: (1) o número de crianças transportadas; (2) os quilómetros percorridos, e (3) se a solução agora apresentada fica mais barata que a anterior.-

Respondeu a Senhora Vereadora do Pelouro da Educação que ronda as 15 crianças - número sujeito a confirmação, que os quilómetros são constantes, e que o custo diário é de 130€, enumerando ainda o número de dias em que o serviço será prestado em cada mês.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, autorizar a celebração de um Contrato Interadministrativo entre o Município de Vale de Cambra e a Freguesia de Cepelos, através do qual o primeiro delega naquela Freguesia competências na área da Educação/Transportes Escolares, aprovando o teor do respetivo Contrato, assim como a despesa inerente ao mesmo (ano letivo 2019/2020), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019.-----

2019.09.13

Reentrou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.-----

Retirou-se da sala o Representante da União de Freguesias, Manuel Fernandes dos Santos, por conflito de interesse, na apreciação do ponto seguinte.-----

Ausentou-se ainda, por momentos, o Deputado Municipal José Augusto Tavares Ferreira.-----

8. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – APOIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO, PARA REEQUILIBRIO FINANCEIRO PELO SERVIÇO PRESTADO NO ANO LETIVO 2018/2019 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE AGOSTO: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do ponto 8, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 16.07.2019.-----

Concedida a palavra à Senhora Vereadora do Pelouro, Maria Catarina Lopes Paiva, a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, informou que estas atividades são da competência da Câmara Municipal, podendo delegar em IPSS ou nas Juntas de Freguesia, o que tem feito. A contribuição dos encarregados de educação foi reduzida por deliberação da Câmara Municipal, o que deu origem a um défice nas contas dos prestadores destes serviços, pelo que o seu reajustamento vem agora aqui para efeitos de reequilíbrio. Esclareceu ainda que os valores diferem em função do número de crianças.-----

Interveio o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga perguntando se as instituições em causa costumam enviar as suas Contas para o Município, para se eventualmente alguém quiser analisar, pois que devem ser transparentes, até pelos apoios concedidos pelo Município.-----

2019.09.13

Respondeu a Senhora Vereadora do Pelouro da Educação que a Câmara Municipal não tem acesso às contas todas dos centros sociais, que há sim conhecimento do que o aluno paga assim como do que a Câmara Municipal comparticipa, neste serviço concreto, confirmando-se a existência de um prejuízo, conforme explicado acima.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar o apoio financeiro à União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, no âmbito das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar, no ano letivo de 2018/2019, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2019.-----

Reentrou o representante da União de Freguesias, Manuel Fernandes dos Santos e o Dep. Municipal José Augusto Tavares Ferreira.-----

Por consenso da Assembleia Municipal os pontos 9 a 22 foram discutidos em conjunto, mas votados individualmente.-----

Dando início ao debate sobre as matérias constantes dos pontos 9 a 22, tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva referindo que este assunto é de séria responsabilidade, mas que tem sido mal construído, na sua opinião, pois que ainda há alguns dias saiu nova legislação criando diversos procedimentos. A maior parte dos Municípios não está preparado para aceitar esta transferência, havendo falta de informação e que, embora os Municípios tenham lutado por uma descentralização assente em pressupostos devidamente fundamentados e pleno conhecimento das competências/responsabilidade e respetivas verbas a transferir, neste caso concreto não se consegue calcular o custo envolvido, havendo matérias estruturais como a educação. -----

2019.09.13

Têm de continuar a desenvolver trabalho, têm de arranjar uma forma de chegar às contas. Foi debatido já em sede de reunião de Câmara até a contratação externa devido à complexidade desta matéria.-----

Propõe-se a aceitação de alguns diplomas, por serem inócuos ou quase inócuos. Outros há mais sérios e complexos, como a educação e a saúde, e ainda outros, que têm de ser melhor ponderados/estudados. Até à data de obrigatoriedade de aceitação (prevista para 2021), têm de fazer as adaptações necessárias, designadamente a reformulação do quadro de pessoal da Câmara Municipal.-----

Interveio a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal quais os motivos subjacentes à posição de “aceitar” algumas e “não aceitar” outras transferências de competências.-----

Apresentou de seguida, a seguinte proposta: “A proposta do PSD é que se tome por referência o processo no seu todo, e a impossibilidade, que se mantém de se ponderar de forma séria e rigorosa o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais decorrentes deste modelo, pelo que consideramos que não estão reunidas condições para responsabilmente, e na defesa dos interesses, da Autarquia e dos Valecambrenses, aceite a transferência das competências elencadas na Lei n.º50/2018, de 16 de agosto, e nos diplomas sectoriais publicados, durante o ano de 2019. -----

Propomos que não se aceitem as competências previstas na lei e nos diplomas e que se informe a direção geral das autarquias locais desta posição. Mais se acresce, não ter sido disponibilizado, conforme deliberado em reunião de Câmara Municipal, um estudo de relativo ao impacto da transferência de competências, que fosse transversal a todas as competências, que poderia sustentar objetivamente a posição PPD/PSD.-----

O nosso sentido de voto será o mesmo em todos.”-----

De seguida, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve: “Como nota prévia, fiquei com pena do Sr. Presidente da Câmara não ter respondido de quem dependia o PSS da Casa da Broa.”-----

Ex.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deliberou sobre a matéria em apreço, e, em tempo útil, solicitou aos serviços a elaboração de um caderno de encargos e a abertura de um procedimento concursal para elaboração de um estudo relativo ao impacto da transferência de competências da administração central para os Municípios, em particular, o Município de Vale de Cambra.-----

Tendo em consideração que em democracia as regras e leis vigentes são para cumprir, e dado que o Ex.º Senhor Presidente da Câmara Municipal não deu provimento a uma obrigação legal de cumprir com as deliberações tomadas, deverá V. Ex.ª remeter o assunto em apreço para as instâncias competentes.-----

Por isso e face à ausência de informação por parte da Câmara Municipal, a bancada do PPD/PSD não tem condições para, em consciência, decidir sobre a aceitação ou não aceitação das transferências de competências, pelo que nos iremos abster, não só neste ponto como nos subsequentes relativos à presente matéria, até ao 22 inclusive.”-----

Interveio, de seguida, o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga, referindo que, pese embora se ande a falar neste assunto há um ano, continua a faltar o diagnóstico, e que a documentação fornecida pela Câmara Municipal é muito pobre e incipiente, porquanto a fundamentação se resume num parágrafo, em cada matéria. Nesse sentido, vai abster-se, com recurso a declaração de voto. Deu conta do seu impedimento em votar o ponto 14.-----

2019.09.13

A seguir, tomou da palavra o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida referindo que, apesar de anteriores intervenções suas e de outros Deputados, se anda a arrastar este assunto, enquanto a matéria já poderia estar a ser estudada e analisada e já terem sido tiradas ilações, até porque não vão poder fugir a esta transferência.-----

Na sua perspetiva, a tentativa de explicar aqui hoje o que se está a tentar fazer, foi feita muito à pressa, não trouxe nada de novo. Pode até ter dado a entender que estão preocupados mas o facto é que não se tem tomado iniciativa em avançar o que quer que seja. A sua perceção é que também não sabem onde começar, que há receios que levam a que não se tome iniciativa, que se está a “empurrar com a barriga”, pois não se desenvolveu trabalho nem a nível individual nem em parceria com outros Municípios. É um assunto melindroso, extremamente profundo que exige muito trabalho, pois que vai mexer com a nossa identidade. Esta transferência de competência vai mostrar o que somos, o que necessitamos e como vamos poder aceitar.-----

Informou, pese embora a falta de fundamentação negativa, ainda assim, não está em condições de votar favoravelmente a recusa das transferências pelo que se vão abster. Por outro lado, votarão a favor da aceitação nos pontos em que a Câmara Municipal se propõe aceitar, porque é algo que está em curso, em que já há experiência.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, advertiu a um certo cuidado a ter nas matérias de carácter intermunicipal, uma vez que o Município pertence à AMP, sendo esta a segunda região administrativa mais importante do País, composta por alguns Concelhos preponderantes, presididos por pessoas que têm agendas políticas muito

2019.09.13

próprias, e que vão pretender que toda a região seja conduzida no sentido de favorecer essas agendas. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva referiu que, nem sempre é fácil concertar posições, pois que os Municípios têm diferentes posições, citando a título de exemplo São João da Madeira aceitou tudo, por outro lado o Porto não aceitou nenhuma. Os interesses e dimensões dos Municípios são diferentes, nem sempre é fácil encontrar um entendimento comum. Ainda assim, na AMP, a maioria das decisões têm sido tomadas por unanimidade.-----

Referenciou novamente o peso e ónus que estas novas competências podem trazer, no que por exemplo à Educação e Saúde diz respeito, como o aumento de recursos humanos e manutenção de edifícios. Até 2021 têm de se preparar, a Câmara tem de fazer um estudo aprofundado do que foi recomendado, saber os encargos e o eventual défice, perceber que estrutura a Câmara terá de ter para o efeito. No momento, não há informação suficiente.-----

De seguida, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida proferiu a seguinte intervenção: “Peço desculpa, o Sr. Presidente da Câmara focou uma coisa e, eu vou chamar atenção. É o seguinte, se há coisas que eu desconheço, que a Câmara Municipal desconhece, deviam ter evitado o ónus da dúvida. E, quando deliberaram apresentar o estudo, dizer que não tinham todos os elementos para fazer o estudo, porque eu verti a minha intervenção sobre a deliberação da Câmara Municipal onde estava omitida essa informação. E agora, pus uma questão à Mesa que não vou retirar mas, futuramente, recomendo-vos que se não têm elementos para decidir/deliberar não assumam deliberações sobre coisas não deliberáveis. É isso que vos peço, responsabilidade, ou seja, para preparar é preciso matéria-prima, para pôr o

2019.09.13

combustível é preciso gasóleo, e o mesmo acontece com o Sr. Presidente da Câmara, se não tinham os elementos, não poderiam deliberar assumir e assumiu.”-----

No uso da palavra a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues referiu que esta questão envolve mais que o Município de Vale de Cambra, envolve todos os 308 no País. Entende que a Câmara precise de um estudo que mostre despesas, recursos humanos necessários, etc. Mas, que não deve ser um esforço que o Município faça sozinho, defendendo que a ANMP e a AMP têm uma palavra a dizer. Entende que, uma posição política assertiva era demonstrar desagrado à ANMP e à DGAL, como que um pedido de ajuda neste processo que o Governo pretende imputar a um ou dois anos. Tem de haver aqui outra atitude do Governo e de outras Instituições envolvidas no processo.-----

Não havendo mais pedidos de palavra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou os pontos a votação.-----

9. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO DECRETO LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO (DOMÍNIO DA SAÚDE), QUER PARA O ANO DE 2019, QUER PARA O ANO DE 2020, CUJO PRAZO DE COMUNICAÇÃO À DGAL É DE 17 DE SETEMBRO E DE 30 DE SETEMBRO, RESPETIVAMENTE: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no âmbito do Decreto Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da Saúde), quer para o ano de 2019, quer para o ano de 2020, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019, devendo do mesmo ser dado conhecimento à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

10. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DAS PRAIAS (DECRETO-LEI N.º 97/2018, DE 27 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e cinco abstenções (do Deputado Independente e dos quatro Deputados do PPD/PSD), aceitar a transferência de competências no domínio das praias (Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

11. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR (DECRETO-LEI N.º 98/2018, DE 27 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar (Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

12. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO (DECRETO-LEI N.º 100/2018, DE 28 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio das vias de comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 29 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

13. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA (DECRETO-LEI N.º 101/2018, DE 29 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio da justiça (Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

Retiraram-se da sessão os Deputados Municipais Albano Oliveira Braga e António Augusto Soares de Pinho Almeida, dando conta de se encontrarem impedidos de votar o ponto seguinte.-----

14. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS (DECRETO-LEI N.º 103/2018, DE 29 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e cinco abstenções (dos três Deputados do PPD/PSD presentes na sala, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio das Associações de Bombeiros (Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Reentraram na sessão os Deputados Municipais Albano Oliveira Braga e António Augusto Soares de Pinho Almeida.-----

15. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (DECRETO-LEI N.º 104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão (Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

16. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO (DECRETO-LEI N.º 105/2018, DE 29 DE NOVEMBRO):

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio da habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

17. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO (DECRETO-LEI N.º

106/2018, DE 29 DE NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio do património imobiliário público sem utilização (Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

18. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO (DECRETO-LEI N.º 107/2018, DE 29 DE

NOVEMBRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio do estacionamento público (Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

19. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO (DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e sete abstenções (do Deputado Independente, dos quatro Deputados do PPD/PSD, e dois Deputados do PS), não aceitar a transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

20. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA CULTURA (DECRETO-LEI N.º 22/2019, DE 30 DE JANEIRO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e cinco abstenções (do Deputado independente e dos quatro Deputados do PPD/PSD), aceitar a transferência de competências no domínio da cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019, de

30 de janeiro), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

21. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE TURÍSTICO EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES (DECRETO-LEI N.º 58/2019, DE 30 DE ABRIL): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e cinco abstenções (do Deputado Independente e dos quatro Deputados do PPD/PSD), aceitar a transferência de competências no domínio do transporte turístico em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

22. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE AGOSTO, DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DA NÁUTICA DE RECREIO E DE PORTOS DE APOIO A PESCA, NÃO INSERIDOS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DOS PORTOS COMERCIAIS NACIONAIS PRINCIPAIS OU SECUNDÁRIOS (DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO): A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e cinco abstenções (do Deputado Independente e dos quatro Deputados do PPD/PSD), aceitar a transferência de competências no domínio da gestão da náutica de recreio e de portos de apoio a pesca, não inseridos na área de

2019.09.13

jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários (Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira

Braga: “Falta um diagnóstico global dos impactos para o Município, ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros.”-----

Retirou-se da sala o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Arménio Tavares Lige, por conflito de interesse, na apreciação do ponto seguinte.-----

23. ALTERAÇÃO AO ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NA FREGUESIA DE ARÕES – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE SETEMBRO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à apreciação do ponto 23, conforme agendamento supra, concedendo, de imediato, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva que explicou que a presente alteração é uma atualização do valor diário do serviço prestado, que passa dos 385€ para 450€/dia.-----

Interveio o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga perguntando: (1) o número de crianças transportadas no circuito; (2) os quilómetros efetuados por circuito; (3) se o número de crianças tem aumentado, mantido ou diminuído, face a anos anteriores.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, não tendo os dados, solicitou à Senhora Vereadora do Pelouro que diligencie no sentido de fornecer posteriormente essa informação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, alterar o Acordo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Arões, no âmbito dos Transportes Escolares, atualizando o valor

2019.09.13

diário para 450€ (Acordo de Colaboração, de 15.10.2015, artigo 3.º, n.º 1, alínea c), e autorizar a respetiva despesa, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2019.-----

Reentrou na sala o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Arménio Tavares Lige.-----

Retirou-se da sala o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, por se encontrar impedido de apreciar e votar o ponto seguinte.-----

24. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – PROPOSTA DE ACORDO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BÚZIO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE SETEMBRO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à apreciação do ponto 24, conforme agendamento supra.-----

Concedida a palavra à Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Maria Catarina Lopes Paiva, a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, informou que a proposta de protocolo com a Santa Casa da Misericórdia e o Agrupamento de Escolas, pretende dar resposta às atividades de apoio a família para os alunos da Escola dos Dois, disponibilizando-se aquelas instalações à Santa Casa da Misericórdia para que aí realize este serviço de apoio aos alunos que o solicitaram.-----

Interveio o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga alertando, não vá existir algum problema jurídico, para o facto de os outorgantes não estarem identificados como primeiro, segundo e terceiro outorgantes, deduzindo que o sejam pela ordem em que são mencionados. -----

Mais uma vez, defendeu que as instituições da área social devam enviar as suas contas gerais para o Município de Vale de Cambra.-----

2019.09.13

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara Municipal informando que o Acordo foi visto pelo Departamento Jurídico. Referenciou a ordem de identificação das entidades, subentendendo-se que os outorgantes sejam pela ordem vertida nas partes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, para auxiliar, que as obrigações assumidas pelas partes tidas como compromisso estão nominais em cada um dos artigos. Não deixa de ser pertinente a questão colocada.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, autorizar a celebração de um Acordo de Colaboração entre o Município de Vale de Cambra, a Santa Casa da Misericórdia e o Agrupamento de Escolas do Búzio, com vista à dinamização das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar (jardim de infância dos Dois), aprovando o teor do respetivo acordo, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2019.-----

Reentrou o Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida.-

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, dando conta que será distribuído pelos Membros da Assembleia e pelos Senhores Vereadores, a publicação “Estratégia Municipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC) - Município de Vale de Cambra”, estudo coordenado pela AMP e realizado pelos técnicos da Câmara Municipal, com a colaboração de Geoatributo.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou da palavra o Cidadão Manuel Domingos da Costa Tavares, previamente inscrito, deixando um elogio à atuação dos Bombeiros Voluntários que combateram o fogo no lugar da Felgueira no passado dia 11 de

2019.09.13

setembro, cuja intervenção foi muito rápida e assertiva, assim como a capacidade de liderança do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra que comandou as manobras de combate ao incêndio, transmitindo o agradecimento da população da Felgueira. Assim como agradeceu ao Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, Dr. Miguel Aguiar, e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, pela presença no local e intervenção junto das Entidades, no sentido da disponibilização dos meios adequados.-----

Sendo zero horas e três minutos, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 13.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuidade ou interrupção dos trabalhos, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria de vinte e seis votos a favor e um voto contra (do Deputado Municipal António Santos Sousa), dar continuidade à sessão por forma a ultimar a ordem do dia.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, agradeceu as palavras do Sr. Manuel Domingos, explicou ainda a ocorrência, bem como os esforços por si desenvolvidos junto do CODIS para colocação dos meios necessários no terreno. É, também, de opinião que aquele foi um combate musculado, determinado e eficiente, o que oportunamente comunicou e agradeceu ao Sr. Comandante dos Bombeiros de Vale de Cambra-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (do Deputado Municipal independente, Albano Oliveira Braga) elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando de igual modo o texto da mesma.-----

2019.09.13

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, a pedido do proponente, leu o teor dos dois requerimentos apresentados pelo Sr. Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, dando conta que serão encaminhados aos serviços competentes.-----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas zero horas e quinze minutos do dia catorze de setembro de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

O Presidente

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário

[illegible]